DIAGNOSTICO SOBRE A PRODUÇÃO E A OFERTA DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL EM ARACAJU [1]

SANT'ANNA, I. F. D., Universidade Federal de Sergipe, email: ifdsantanna@hotmail.com;
SANTOS, D. G., Universidade Federal de Sergipe, email: deboragois@yahoo.com.br;

ABSTRACT

The large housing deficit in Aracaju, specifically for those families with a monthly income of up to 03 (three) minimum wages, has not been supplied in recent years. This article proposes, through literature review, documentary and field research, to identify the technical, economic and legal conditions that impose this production, as well as to quantify the production and supply of social housing in Aracaju, from the year 2000. The research identified the regions of social interest, the number of units offered and characterized the level of service, in relation to the urban infrastructure of these areas. It was possible to infer that the great majority of related enterprises were located in the most peripheral areas of the city, always in areas of low value added, with a great deficit of urban infrastructure, as well as the stagnation of the supply of new units of habiutation of social interest.

***Keywords**: deficit, housing, social interest, Aracaju.*

1 INTRODUÇÃO

Habitação de Interesse Social (HIS), é uma designação criada no âmbito do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) que delimitava os programas desenvolvidos para as faixas de menor renda da população. Tal designação perdurou nas várias instituições, agências e programas de fomento habitacionais, muito em consequência das peculiaridades deste nicho habitacional, cuja edificação não pode ser entendida unicamente como um produto, e sim como um intrínseco processo de produção com intervenientes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos e tecnológicos (ABIKO, 1995).

Neste contexto, Sergipe, que é o menor estado, em extensão territorial, da federação e o 22° em população, com aproximadamente 1,1% da população nacional, apresenta, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP 2017) um déficit de 75.860 unidade habitacionais. O IBGE (2014) estima que 91,30% do déficit deste estado são relativas as famílias com renda bruta mensal de até 03 (três) salários mínimos. Proporcionalmente, sua capital, Aracaju, abriga 25,73% da população do estado e consequentemente demanda a construção de aproximadamente 19.519 unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

O presente estudo tem por objetivo realizar um diagnóstico sobre a produção e a oferta de habitações de interesse social em Aracaju, a partir dos anos

[1] SANT'ANNA, I. F. D.; SANTOS, D. G. Diagnostico sobre a produção e a oferta de unidades habitacionais de interesse social em Aracaju. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 17., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais**... Porto Alegre: ANTAC, 2018.

2000.

Como método de pesquisa, realizou-se um levantamento documental, em mapas e banco de dados da CEF (2016) e no Portal Minha Casa Minha Vida (2016), além de revisão da literatura.

2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1 Caracterização da demanda

Em 2001, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foi instituído com o objetivo de produzir novas unidades para arrendamento, com foco nas famílias de baixa renda, fazendo uso dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de origem fiscal. Já em 2009, foi criado o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) cujo objetivo, à época, era subsidiar a aquisição de casa próprias para famílias com renda de até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) e flexibilizar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) (RUBIN; BOLFE, 2014).

Com o objetivo de delimitar um parâmetro palpável, o Decreto n° 6.135 de 2007 (BRASIL, 2007), estabeleceu que a família de baixa renda é aquela cujo rendimento mensal per capita é de até 0,5 (meio) salário mínimo ou cuja renda familiar mensal não supere 03 (três) salários mínimos. Atualmente, tanto o PAR quanto a Faixa 01 do MCMV foram restringidos a famílias com renda mensal de até R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), a flexibilização da compra elevou-se para famílias com renda de até R$9.000,00 (nove mil reais), como detalhado à Tabela 1.

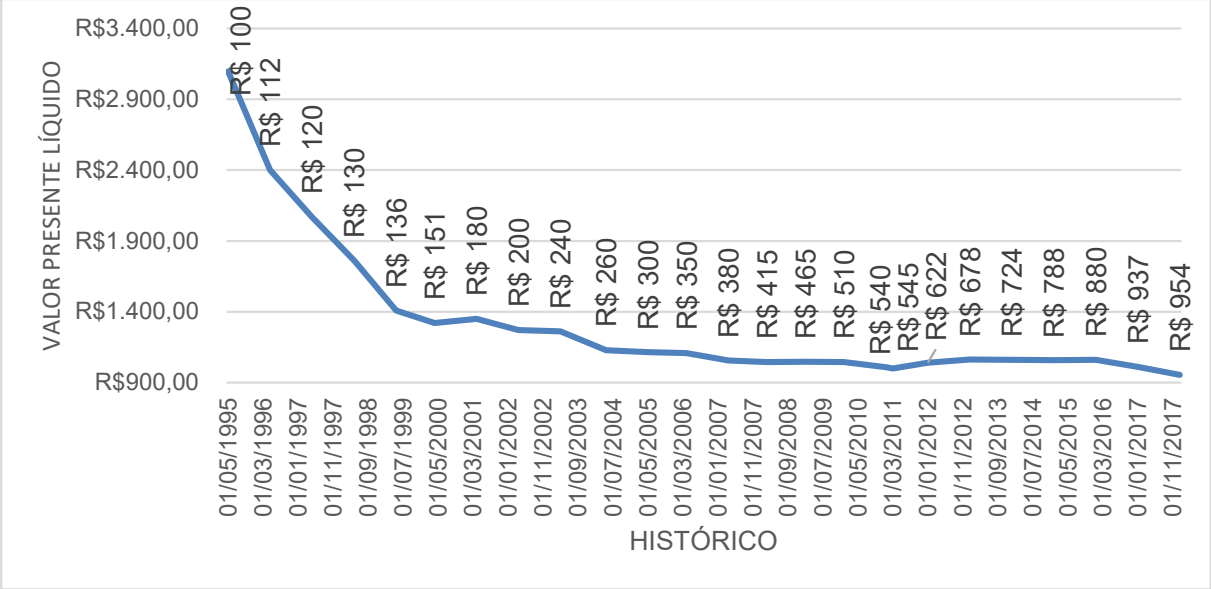
Tabela 1 - Faixas de atendimento do MCMV

RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL	FAIXA MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R$ 1.800,00	Faixa 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de no máximo R$ 270,00, sem juros.
De R$ 2.600,00 até R$ 3.000,00	Faixa 1,5	Até R$ 47.500,00 de subsídio, com juros de 5,5% a 6,0% ao ano. Pagos em até 360 meses.
Até R$ 4.000,00	Faixa 2	Até R$ 29.000,00 de subsídio, com juros de 7,0% ao ano. Pagos em até 360 meses.
De R$ 7.000,00 até R$ 9.000,00	Faixa 3	Juros de 8,16% a 9,16% ao ano. Pagos em até 360 meses.

Fonte: Portal Minha casa minha vida (2017)

Para não incorrer em análises falsas, é primordial correlacionar o salário mínimo atual, reajustado em 01 de janeiro de 2018, em R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), e os demais valores nominais históricos, desde a consolidação da Unidade Real de Valor (URV), instituída em 27 de fevereiro de 1994. Para tanto, calculou-se o Valor Presente Líquido (VLP) de cada salário, atualizando-os através da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), referenciadas na página da Receita Federal do Brasil (2018) (Figura 1).

Figura 1 - Salário mínimo histórico



Fonte: Autores

Analisada a evolução histórica do salário mínimo, não é possível identificar, desde a adoção das primeiras políticas habitacionais com foco nas famílias de baixa renda, em 2001, ganhos reais que justificassem a medidas restritivas adotadas.

2.2 A distribuição geoespacial dos empreendimentos de interesse social

Empreendimentos com excelente relação custo/benefício, para a população de baixa renda, estão sempre localizados nas regiões periféricas das cidades. Geralmente são viabilizados através de parcerias, permanecendo ocultos para o restante da população. Embora significativos para a demanda atendida, tendem a desaparecer a longo prazo, em virtude da alternância das políticas de governo, diferentemente das políticas de estado, uma vez que os novos mandatários se esforçam para ocultar os vestígios de seus antecessores (BONDUKI, 1997).

A implantação periférica destes empreendimentos gera, imediatamente, uma carência de transporte público e de infraestrutura urbana, mas que, devido à ausência de alternativas viáveis, não se constitui em um obstáculo, tanto para a população atendida que se vê obrigada a aceitar uma moradia mesmo que desatendida de serviços urbanos, tanto para o Governo que, devido à grande demanda desassistida, não permanece com as unidades ociosas (BONDUKI, 1997).

Para sanar, posteriormente, as carências geradas pela implantação destes guetos urbanos, será exigido grande esforço e mobilização estatal, quando poderiam ser adotadas alternativas a esta política de ocupação segregacionista do território urbano.

3 A OCUPAÇÃO URBANA DE ARACAJU

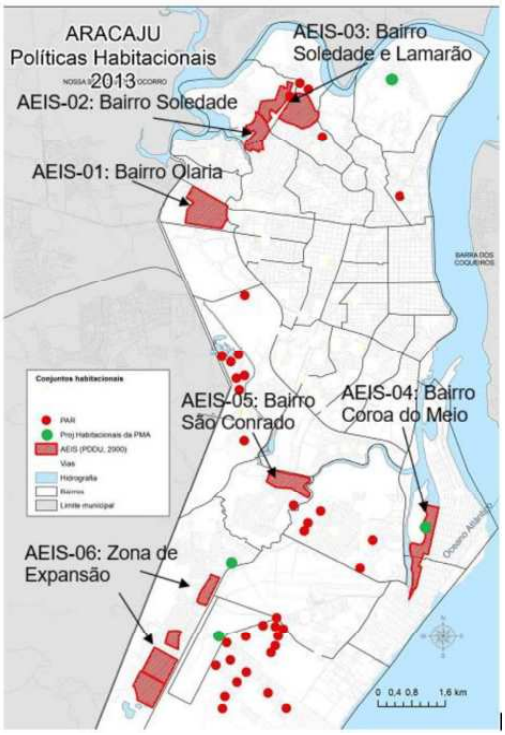
Aracaju teve seu início por volta de 1882, como um povoado formado por um único arruamento de casebres, ao alto da Colina do Santo Antônio. O projeto de ocupação da nova cidade, elaborado pelo engenheiro Basílio Pirro, estruturava-a como a um tabuleiro de xadrez, com ruas simétricas e no sentido dos quatros pontos cardeais. Entre 1900 e 1930, o município apresentou um grande crescimento demográfico. As áreas mais valorizadas faziam fronteira com o rio Sergipe, nas proximidades da atual Avenida Ivo do Prado. Em termos de ocupação residencial, a Rua de Itabaiana tornou-se o logradouro preferido das classes mais abastadas (SOUZA, 2011).

3.1 A habitação de interesse social em Aracaju

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) promulgado em 2000, assegura a reserva de 06 (seis) Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), para a implantação de novos empreendimentos habitacionais, conforme apresentado na Figura 2.

As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), no nascedouro do PDDU, com raríssimas exceções, já foram relegadas às bordas extremas da periferia municipal. A localização privilegiada da AEIS-04, pode causar certa estranheza, mas está, na verdade, se materializou através da regularização de uma área anteriormente invadida. Dentro das AEIS's priorizou-se a implantação dos empreendimentos de interesse social (Tabela 2).

Figura 2 - Áreas Especiais de Interesse Social



Fonte: Proposta para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, 2015 (Grifos dos Autores)

Quadro 1 - Empreendimento de Interesse Social implantados na grande Aracaju

EMPREENDIMENTOS	UNDS	ENTIDADES	BAIRRO	MUNICIPIO	ANO	FONTE

1	RESIDÊNCIAL MIRASSOL	132	UNIAO	AEROPORTO	ARACAJU	2000	:	2001	CAIXA / PDDU
2	RESIDÊNCIAL VILA VERDE I	84	SANTA MARIA	AEROPORTO	ARACAJU	2000	:	2001	CAIXA / PDDU
3	RESIDÊNCIAL VILA VERDE II	84	J.NUNES	AEROPORTO	ARACAJU	2000	:	2001	CAIXA / PDDU
4	SEM NOME - EMPREENDIMENTO PAR	96	IMPACTO	-	ARACAJU	2000	:	2001	CAIXA
5	RESIDÊNCIAL COLINAS RESIDENCIAIS	108	UNIAO	LAMARÃO	ARACAJU	2001	:	2002	CAIXA / PDDU
6	RESIDÊNCIAL LAGUNA	80	J.NUNES	AEROPORTO	ARACAJU	2001	:	2002	CAIXA / PDDU
7	RESIDÊNCIAL SOLAR I E II	80	SANTA MARIA	-	ARACAJU	2001	:	2002	CAIXA / PDDU
8	RESIDÊNCIAL CESAR FRANCO	64	UNIAO	-	ARACAJU	2002	:	2002	CAIXA
9	RESIDÊNCIAL LAGOA DOCE	96	-	JABOTIANA	ARACAJU	-	:	2002	PDDU
10	RESIDÊNCIAL SALINAS	40	-	AEROPORTO	ARACAJU	-	:	2002	PDDU
11	RESIDÊNCIAL ALTO DA BOA VISTA	266	UNIAO	-	ARACAJU	2001	:	2003	CAIXA / PDDU
12	RESIDÊNCIAL COSTA NORTE	176	J.NUNES	S CAMPOS	ARACAJU	2001	:	2003	CAIXA / PDDU
13	RES. JOSE FIGUEIREDO BARRETO	96	J.NUNES	-	ARACAJU	2002	:	2003	CAIXA
14	RESIDÊNCIAL POUSADA VERDE	112	AC ENG.	-	ARACAJU	2002	:	2003	CAIXA / PDDU
15	RESIDÊNCIAL BELA VISTA	144	-	JABOTIANA	ARACAJU	-	:	2003	PDDU
16	RESIDÊNCIAL VILLA VITÓRIA	407	UNIAO	CAPUCHO	ARACAJU	2002	:	2004	CAIXA / PDDU
17	RESIDÊNCIAL BRISA MAR	496	LOGMA	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
18	RESIDÊNCIAL COSTA NOVA I	200	SANTA MARIA	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
19	RESIDÊNCIAL HORTO DO CARVALHO I	238	AC ENG.A	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
20	RESIDÊNCIAL MORADA DO SOL	160	J.NUNES	-	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
21	RESIDÊNCIAL PONTA D ALVA	128	NASSAL	-	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA
22	RESIDÊNCIAL SEM. GILVAN ROCHA	176	CASANOVA	FAROLÂNDIA	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
23	RESIDÊNCIAL VILLA VELHA	240	IMPACTO	-	ARACAJU	2003	:	2004	CAIXA / PDDU
24	RESIDÊNCIAL COSTA NOVA II	200	-	Z EXPANSÃO	ARACAJU	-	:	2004	PDDU
25	RESIDÊNCIAL ÁGUAS BELAS	180	UNIAO	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2005	CAIXA / PDDU
26	RESIDÊNCIAL COSTA NOVA III	122	UNIAO	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2005	CAIXA / PDDU
27	RESIDÊNCIAL COSTA NOVA IV	122	SANTA MARIA	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2005	CAIXA / PDDU
28	RES. HORTO DO CARVALHO II	185	AC ENG.	Z EXPANSÃO	ARACAJU	2003	:	2005	CAIXA / PDDU
29	RESIDÊNCIAL RIO POXIM	160	IMPACTO	JABOTIANA	ARACAJU	-	:	2005	CAIXA / PDDU
30	RESIDÊNCIAL NOVA CANAÃ	144	AC ENG.	LAMARÃO	ARACAJU	2004	:	2006	CAIXA / PDDU
31	RESIDÊNCIAL SANTA FÉ	176	IMPACTO	JABOTIANA	ARACAJU	2004	:	2006	CAIXA / PDDU
32	RESIDÊNCIAL SANTA MARIA	126	SANTA MARIA	AEROPORTO	ARACAJU	2004	:	2006	CAIXA / PDDU
33	RES. SERGIO VIEIRA DE MELO	500	CASANOVA	S CONRADO	ARACAJU	2004	:	2006	CAIXA / PDDU
34	RESIDÊNCIAL FRANCO FREIRE I	240	-	AEROPORTO	ARACAJU	-	:	2006	PDDU
35	RESIDÊNCIAL PADRE LUIS LEMPER	160	-	FAROLÂNDIA	ARACAJU	-	:	2006	PDDU
36	RESIDÊNCIAL PADRE MELO I	160	-	FAROLÂNDIA	ARACAJU	-	:	2006	PDDU
37	RES. TENNYSON FONTES SOUZA	160	IMPACTO	JABOTIANA	ARACAJU	2006	:	2007	CAIXA / PDDU
38	RESIDÊNCIAL FRANCO FREIRE II	240	-	AEROPORTO	ARACAJU	-	:	2007	PDDU
39	RES. DR ARMANDO DOMINGUES	160	CASANOVA	OLARIA	ARACAJU	2007	:	2008	CAIXA / PDDU
40	RES. JOSE ROSA DE OLIVEIRA NETO	208	IMPACTO	JABOTIANA	ARACAJU	2007	:	2008	CAIXA / PDDU
41	RES. JAIME NORBERTO DA SILVA	369	-	SOLEDADE	ARACAJU	2010	:	-	CAIXA
42	RES. JARDIM DE SANTA MARIA	281	-	SANTA MARIA	ARACAJU	2010	:	-	CAIXA
43	RESIDÊNCIAL VILA REAL	369	-	-	SÃO CRISTÓVÃO	2010	:	-	CAIXA
44	RES. VIDA NOVA SANTA MARIA	468	-	SANTA MARIA	ARACAJU	2013	:	-	CAIXA
45	RESIDÊNCIAL ZILDA ARNS	144	-	CIDADE NOVA	ARACAJU	2013	:	-	CAIXA
46	RES. MARCELO DEDA CHAGAS	544	-	-	BARRA DOS COQUEIROS	2014	:	-	CAIXA
47	RESIDÊNCIAL CAMPO BELO	140	-	-	ARACAJU	-	:	-	PDDU

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, 2015 / CEF, 2016

Segundo o levantamento, a partir de 2000 até a presente data, foram implantadas 9.261 unidades habitacionais de interesse social, na grande Aracaju. Dos empreendimentos relacionados (Quadro 1), foi possível identificar o número de unidades disponibilizadas e empreendimentos implantados por empresa ofertante no valor de 4.638 unidades (Quadro 2).

Quadro 2 – Produção por empresa

EMPRESA	EMPREENDIMENTOS	UNIDADES
UNIAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	7	1.099

CASANOVA HABITACAO E CONSTRUÇAO	3	836
CONSTRUTORA SANTA MARIA LTDA..	5	612
J.NUNES CONSTRUTORA LTDA.	5	596
AC-ENGENHARIA LTDA	4	535
LOGMA ENGENHARIA LTDA	1	496
IMPACTO CONSTRUCOES E MONTAGENS	6	336
NASSAL - NASCIMENTO E SALES LTDA	1	128
TOTAL DE 8 EMPRESAS	**32**	**4.638**

Fonte: CEF, 2016 (Grifo dos Autores)

Devido ao pequeno número de empresas identificadas como produtoras de unidades para esta faixa específica, juntamente com o baixo número de unidades ofertadas frente a grande demanda ociosa, é possível inferir que existe um desinteresse das construtoras atuantes no município, muito provavelmente devido às dificuldades de viabilização do negócio, ou ainda às baixas taxas de remuneração obtidas.

Na tentativa de georreferenciar os empreendimentos listados no Quadro 1, a fim de determinar as áreas de maior atratividade para estes, foram localizados apenas 21 (vinte e um) dos 47 (quarenta e sete) relacionados originalmente (Figura 3).

Figura 3 - Mapa de Localização dos Empreendimento de Interesse Social

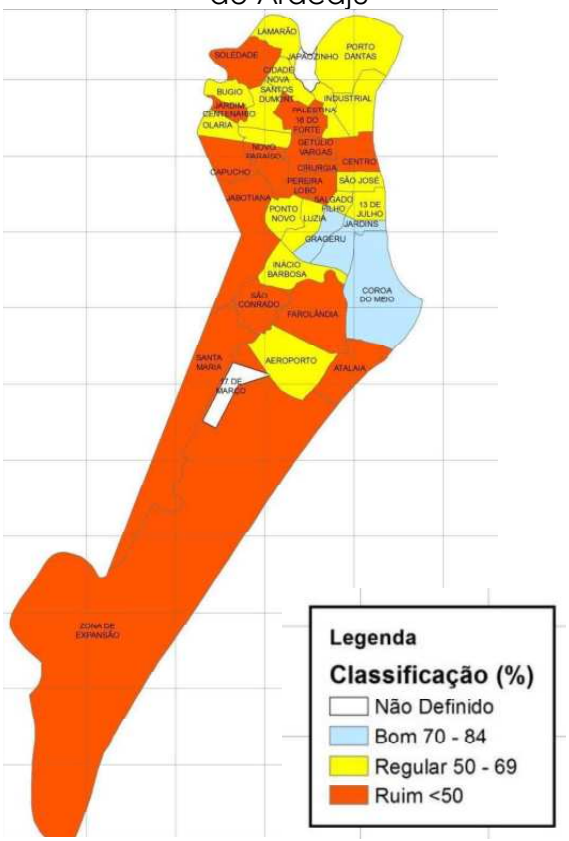


Fonte: Google Earth, imagem de 13 de dezembro de 2015

3.2 A Dificuldades na implantação das unidades

Por estarem implantadas em regiões periféricas da cidade, os empreendimentos sofrem com a precariedade da infraestrutura urbana, como pode ser demonstrado nas Figuras 4 e 5, com relação ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, respectivamente.

Figura 4 - Situação Geral do Abastecimento de água do Município de Aracaju



Fonte: PMSB, 2015

Figura 5 - Percepção da situação futura (10 anos) do Esgotamento Sanitário no Município de Aracaju



Fonte: PMSB, 2015

Os empreendimentos viabilizam-se em áreas precárias de infraestrutura de abastecimento e esgotamento sanitário, prioritariamente, pelo preço destas, afinal de contas atualmente o valor limite pago pelas entidades intervenientes por um apartamento de 46 m², na cidade de Aracaju é de R$ 80.000,00 (oitenta e mil reais) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018). Se observado o último CUB PP4 – Baixo Padrão, divulgado pelo SINDUSCON/SE (referência de janeiro de 2018), detecta-se que mais de 56% destes recursos farão frente apenas aos custos diretos advindos da implantação da unidade, desconsideradas à implantação das áreas comuns, obras de infraestrutura e urbanismo. O restante do valor deverá ser suficiente para a aquisição do terreno, pagamento dos tributos, despesas indiretas e, por fim, a bonificação.

Além das questões de viabilidade mercadológica, é importante frisar as questões legais intervenientes sobre a aprovação dos empreendimentos, que fragilizam juridicamente a implantação de novos EIS. Atualmente a Jabotiana, área com o maior número de empreendimentos dentre os identificados, assim como a Zona de Expansão, são alvos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), junto a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA, 2010) e ao Ministério Público do Estado de Sergipe (MPSE, 2007), respectivamente, que restringem ou impendem o lançamento de novos empreendimentos até que os estudos e as respectivas obras encontrem-se finalizadas, quanto a coleta, tratamento e disposição final do esgoto domiciliar, no primeiro caso, e da macrodrenagem no último.

Mesmo em se tratando do segmento habitacional com maior déficit identificado, aliada à retração dos negócios observados nos demais segmentos imobiliários, que deveria atrair novos investidores para a habitação de interesse social, é possível identificar, que por diversos motivos, não houve nenhum novo lançamento, deste tipo de empreendimento nos últimos anos. Seja pela dificuldade de se viabilizar áreas aptas a receber novos empreendimentos, pela baixa perspectiva de retorno, ou ainda pela insegurança jurídica que envolve o licenciamento destes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das questões técnicas e econômicas que dificultam a implantação de novos EIS, existem aspectos sócio-políticos que precisam ser equalizados para a regularização do déficit em habitações de interesse social presente no município de Aracaju.

O estado precisa se mobilizar para garantir a infraestrutura básica às Áreas Especiais de Interesse Social, que de outra recaem sobre o empreendedor, onerando a implantação de novos empreendimentos, além de subsidiar a viabilização de áreas menos inóspitas, evitando a formação dos guetos urbanos e reduzindo o custeio com a manutenção dos serviços urbanos.

A iniciativa privada precisa se mobilizar, criando parcerias que definam um plano estratégico de desbravamento de novas áreas, afim de diluir os possíveis custos para implantação de infraestrutura urbana que por ventura recaiam sobre os futuros empreendimentos, devido a inercia do poder público, viabilizando o atendimento deste grande nicho desatendido, uma vez que ainda se faz necessária a produção de, quase, 2 (duas) vezes o número de unidades produzidas nos últimos 17 (dezessete) anos.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenia. **Introdução à gestão habitacional.** São Paulo: Texto técnico / Escola Politécnica da USP / Departamento de Engenharia Civil, TT/PCC/12, 1995.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

ADEMA. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Assunção de obrigações por parte das empresas compromissárias concernentes à elaboração de estudos, projetos e execução de serviços no Rio Poxim, no trecho compreendido entre a ponte localizada próxima à Universidade Federal de Sergipe - UFS e a ponte próxima ao Parque dos Cajueiros, a fim de viabilizar a implantação de empreendimentos imobiliários naquela região, Aracaju,** 2010.

BRASIL. **Decreto n° 6.135** - Dispõem sobre o cadastro único para programas sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 26 de junho de 2007.

CEF. **Caixa Econômica Federal**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/saiba_mais.asp>. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

FJP. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil**- Resultados preliminares - 2015. Belo Horizonte, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro: v. 33, 2013; v.34, 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria Ministério das Cidades n°114**. Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), e dá outras providências. Brasília, 09 de fevereiro de 2018.

MPSE. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Termo de Ajuste de Conduta. **Referente ao Plano de Macrodrenagem da Zona de Expansão de Aracaju**, Aracaju, 2007.

Proposta para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, 2015.

Portal Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/sobre-o-programa.html>. Acesso em 08 de dezembro de 2016.

PMSB. **Plano municipal de saneamento básico de Aracaju**, 2015.

Receita Federal do Brasil. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic>. Acesso em 09 de dezembro de 2016.

RUBIN, Graziela R.; BOLFE, Sandra A. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. Rio Grande do SUL: Artigo / Ciência e Natura, 2014.

SOUZA, Sandra Andréa Silva. **Processo de urbanização de Aracaju: Um desafio Geográfico e a Sustentabilidade.** São Cristóvão: V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 2011.